

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

THE INEFFECTIVENESS OF PROTECTIVE MEASURES IN THE CONTEXT OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

Karla Thatielle Alves da Silva

9º Período do Curso de Direito, Centro Universitário Mauricio de Nassau -
UNINASSAU, Palmas -TO, Brasil
E-mail: karllacge@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, focando nas suas medidas protetivas e na sua eficácia. O objetivo é demonstrar a persistência da violência doméstica contra mulheres no Brasil e avaliar se as medidas legais são efetivas na proteção das vítimas. Inicia-se com uma visão geral da violência doméstica no país, detalhando os tipos de violência descritos na lei e as medidas protetivas de urgência previstas. A revisão da literatura aborda a origem histórica da violência doméstica e a evolução das medidas legais para combatê-la. O estudo de campo revela falhas na aplicabilidade das medidas, evidenciando a necessidade de uma revisão e aprimoramento da lei para garantir maior proteção e efetividade. Conclui-se que, apesar dos avanços, a Lei Maria da Penha enfrenta desafios significativos, principalmente relacionados à implementação e ao suporte institucional, que comprometem sua eficácia na proteção das mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Medidas Protetivas; Lei Maria da Penha; Direitos das Mulheres; Eficácia Legal

Abstract

This paper examines Law 11.340/2006, known as the Maria da Penha Law, focusing on its protective measures and effectiveness. The objective is to highlight the persistent issue of domestic violence against women in Brazil and evaluate whether legal measures are effective in protecting victims. It begins with an overview of domestic violence in the country, detailing the types of violence described in the law and the emergency protective measures provided. The literature review covers the historical origins of domestic violence and the evolution of legal measures to combat it. Field research reveals shortcomings in the application of the measures, underscoring the need for review and improvement of the law to ensure greater protection and effectiveness. The conclusion indicates that, despite progress, the Maria da Penha Law faces significant challenges, particularly related to implementation and institutional support, which compromise its effectiveness in protecting women.

Keywords: Domestic Violence; Protective Measures; Maria da Penha Law; Women's Rights; Legal Efficacy

1. Introdução

O estudo aborda a Lei Maria da Penha e sua eficácia no combate à violência doméstica contra a mulher. Apesar da importância da lei e das medidas protetivas estabelecidas, a violência doméstica continua a ser um grave problema social no Brasil, com efeitos devastadores sobre as vítimas.

1.1 Objetivos Gerais

O objetivo é analisar a eficácia das medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha e identificar falhas na sua implementação, buscando propor melhorias para garantir maior proteção às vítimas.

2. Revisão da Literatura

A revisão explora a origem histórica da violência doméstica e os avanços legislativos promovidos pela Lei Maria da Penha. Destaca-se o impacto cultural e social da violência, a evolução dos direitos das mulheres e os desafios enfrentados para a aplicação eficaz da lei.

3. Considerações Finais

A Lei Maria da Penha trouxe avanços significativos na proteção das mulheres, mas ainda enfrenta desafios na sua aplicação. A eficácia das medidas protetivas é comprometida por problemas institucionais e culturais, que necessitam de revisão e aprimoramento para garantir a proteção real das vítimas.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

MARTINS, Claudia. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: uma análise crítica. Editora Jurídica, 2018.

SANTOS, Ana. Medidas Protetivas e a Realidade Brasileira: um estudo sobre a Lei Maria da Penha. Revista Brasileira de Direitos Humanos, v. 15, n. 2, p. 45-67, 2020.

As referências são alinhadas à esquerda.